

# A MEMÓRIA LGBTI+ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Luiz Morando<sup>1</sup>**

## RESUMO

Este texto faz uma breve apresentação do Museu Bajubá, iniciativa digital de musealização de territórios de sociabilidade LGBTI+, e especificamente de sua Estação Belo Horizonte. A partir da perspectiva do patrimônio e da cidadania cultural, aborda-se estritamente a importância de recuperar a memória LGBTI+ belo-horizontina e utilizar o material recolhido como forma de sensibilizar os visitantes do Museu para um processo de invisibilização e subalternização que precisa ser melhor conhecido e interpretado.

\*

O processo brasileiro de redemocratização, a partir de 1985, trouxe vários resultados benéficos à nossa sociedade, tanto no sentido de descartar os entulhos autoritários do período de ditadura civil-militar quanto no de reaproximar o Estado brasileiro de nações e valores democráticos. Entre estes benefícios, uma nova Constituição da República foi promulgada em 1988. O texto constitucional trouxe um novo conceito de patrimônio cultural, que passou

a se compor de todos os bens, materiais ou imateriais, individualmente ou em conjunto, que tragam referências às diversas formas de expressão dos distintos grupos constituintes da sociedade nacional (sua identidade, ação e memórias). São os seus modos de criar, fazer e viver; as invenções científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e quaisquer espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e espaços de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, conforme o elenco meramente exemplificativo do artigo 216 da Constituição (RODRIGUES; MORANDO, 2020, p. 312).

Por outro lado, a mesma Constituição contempla, entre os direitos fundamentais, o direito à memória e à história, associando-o ao campo

<sup>1</sup> Pesquisador independente com projeto sobre memória da população LGBTI+ de Belo Horizonte entre o período de 1946 a 1989. Cofundador do Museu Bajubá. E-mail: luizmorando@gmail.com

da cidadania cultural em seu artigo 5º. Ainda nessa linha de ampliação da noção de patrimônio cultural, em 2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) estabeleceu, entre os seus objetivos,

o reconhecimento da diversidade cultural, étnica e regional; a proteção e a promoção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; e a promoção do direito à memória, através dos museus, arquivos e coleções e o acesso universal à arte e à cultura (art. 2º, I, II, IV e V da lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010, de vigência decenal) (RODRIGUES; MORANDO, 2020, p. 313).

Tendo isso em vista, este texto é fundado na intenção de fazer uma breve apresentação do Museu Bajubá - Territórios LGBTI+, uma iniciativa totalmente digital de musealização de territórios de sociabilidade LGBTI+ encampada pelos ativistas Rita Colaço e Luiz Morando. Além disso, será focada, aqui, especificamente a contribuição belo-horizontina para esse projeto.

Há pouco tempo, o museólogo Tony Boita (2020) publicou o volume *Museologia LGBT*, no qual mapeia as iniciativas locais e estrangeiras de musealização do patrimônio cultural LGBT. No caso brasileiro, ele identifica 31 instituições que atuam nesse campo, seja de maneira pontual, episódica, seja de forma programática e regimental. Nesse sentido, o Museu da Diversidade Sexual, de São Paulo, é o que mais se destaca como equipamento efetivo de expressão da cidadania cultural da comunidade LGBTI+, criado em 2012.

O Museu Bajubá começou a se constituir em 12 de junho de 2020. Ele surgiu a partir das pesquisas de Rita Colaço, no Rio de Janeiro, as quais buscavam retirar as personagens LGBTI+ da invisibilidade que a história lhes havia imposto. As pesquisas empreendidas por Rita Colaço tiveram como um de seus efeitos, a partir de 2012, a organização de *walking tours* reconstituindo no centro histórico da capital fluminense os roteiros de territórios de sociabilidade, trabalho e sexo em épocas diferentes. Com a parceria estabelecida com este autor, o Museu Bajubá se ampliou para incorporar e dar visibilidade a outros roteiros LGBTI+. Ainda em sua constituição, por entendimentos com Remom Bortolozzi, fundador do Acervo Bajubá, a proposta foi ampliada para absorver roteiros de São Paulo e Curitiba. Futuramente, há a previsão de criação de roteiros de Campos de Goytacazes (RJ). O Museu permanece aberto a outras cidades que tiverem roteiros para serem viabilizados.

A instituição pode ser visitada no endereço <museubajuba.org>. No website, o visitante tem contato, para além das informações oficiais do Museu – como apresentação, objetivos, proposta, Plano Museológico e equipe –, com dois diferenciais da instituição: um espaço para exposições temporárias e um espaço para abrigar os roteiros de cada Estação, modo como são chamadas as cidades que integram os territórios de sociabilidade descritos.

A primeira exposição temporária foi inaugurada em 5 de agosto de 2021 para celebrar os 140 de nascimento do escritor, jornalista e homossexual João do Rio. A exposição é composta de um texto de apresentação sobre a vida desse intelectual e dez salas temáticas para visita virtual. Para dar forma à exposição, foram feitas pesquisas biográfica, bibliográfica, iconográfica e histórico-cultural sobre aquele autor. A abertura da segunda exposição está prevista para 27 de novembro de 2021, quando se celebram os 55 anos do primeiro concurso de Miss Travesti realizado em Belo Horizonte.

Em especial, o Plano Museológico do Museu Bajubá foi planejado numa concepção de base interdisciplinar, interligando direitos fundamentais, política social (inclusão, reparação, capacitação e geração de renda), pesquisa, educação, memória, história, turismo e museologia social. Compartilha o sentido de que musealizar supõe três ações interseccionais: pesquisar, registrar e comunicar/informar.

No caso específico da Estação Belo Horizonte, o que se pode esperar dos roteiros? Para responder a esta pergunta, gostaria de relatar sobre minha trajetória, pois ela esclarecerá sobre o material que poderá ser utilizado na preparação dos roteiros.

Desde 2002, dedico-me, de forma sistemática, ao desenvolvimento do projeto “Memória das identidades LGBTQIA+ de Belo Horizonte – 1946-1989”, com o objetivo de resgatar, valorizar e divulgar a presença desses atores na história da cidade. Essa pesquisa se sustenta sobre três tipos de fontes: jornalística (rastreamento, no período delimitado, notícias variadas sobre pessoas que se reconhecem com uma forma de sexualidade diferente da cisheteronormativa); autos de processos judiciais (referentes a delitos cometidos por ou contra pessoas pertencentes a esse segmento); e a busca por relatos orais e acervos de pessoas que viveram na cidade naquela faixa temporal.

O marco inicial (1946) guarda relação com o chamado Crime do

Parque – ano em que ocorreu um homicídio de natureza homoerótica bastante pautado pela imprensa e que terminou por revelar a existência de uma subcultura homossexual em um território do Parque Municipal, denominado por seus frequentadores como Paraíso das Maravilhas. O marco final (1969) se refere ao ano em que o suposto autor do crime foi assassinado (Morando, 2008). A imprensa serviu de fonte inicial para o mapeamento dos itinerários de sociabilidade e sexo entre homens homossexuais e bissexuais, lésbicas, travestis, pessoas transgênero e demais formas de identificação das sexualidades dissidentes. A Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa foi o local de memória inicialmente privilegiado, seguindo-se de outros, como os autos dos processos judiciais, fontes iconográficas, cartográficas, órgãos de segurança pública, arquivos públicos, centros de memória, instituições sanitárias, arquivos de jornais ainda em circulação, Hemeroteca da Biblioteca Nacional etc. Fontes orais também foram constituídas, por meio de personagens que viveram na cidade a partir dos anos 1950.

Mediante pesquisa sistemática e disciplinada, foi possível reconstituir não apenas a história das investigações sobre o Crime do Parque, como também as casas comerciais de lazer, os equipamentos urbanos públicos frequentados pelo segmento LGBTI+, as personalidades, os eventos culturais, episódios que já apontavam para uma futura articulação política de pessoas que se reconheciam pertencentes àquele segmento, bem como outros crimes escandalosos e as representações (pseudo)científicas vigentes à época acerca das dissidências de sexo e gênero. Também foi possível apreender como as redes de trânsito, migração e deslocamento eram operadas nos eixos BH-Rio-SP, levando à troca de informações, vivências e experiências. Toda essa gama de dados se entrecruzava, constituindo intensa rede cuja trama era mais fechada ou mais aberta em certos pontos. Esse material ainda gerou uma grande cartografia dividida em bares, boates, cinemas, saunas, pontos de pegação na rua, estabelecimentos *friendly* e organizações LGBTI+ em Belo Horizonte a partir de 1950.

A pesquisa revelou uma realidade labiríntica, ampliada e em várias direções. Esse caráter labiríntico explicita tanto as singularidades das formas de sociabilidade do segmento, quanto a precariedade concernente à guarda e manutenção de documentos públicos no País. Precariedades

mais assustadoras e desoladoras em relação aos últimos 18 anos, entre as quais podem ser citadas: falhas na sequência temporal de material de arquivo; perda de documentos, como diversos livros de registro de delegacias e distritos policiais e de fichas de detenção; conservação deficiente de documentos; inadequação nas condições físicas dos ambientes onde os acervos estão guardados; ausência de informações em diversos órgãos públicos municipais e estaduais sobre o paradeiro e/ou a guarda de material; falha de comunicação entre diversos órgãos quanto à guarda de material; perda de arquivos (sobretudo fotográfico) de jornais extintos; ausência de continuidade em programas governamentais locais e/ou regionais de apoio a instituições de memória; verbas diminutas para manutenção de setores ligados a políticas de patrimônio cultural; ausência de políticas para recebimento, guarda e manutenção de acervos particulares; procedimentos excessivamente burocráticos para acesso de pesquisadores a materiais arquivados e praticamente não acessados ao longo do tempo; despreparo de funcionários para informar e localizar materiais de pesquisa.

O grande volume, diversidade e detalhamento levantado sobre as formas de viver, produzir e resistir desses personagens na cidade de Belo Horizonte tem gerado diversos produtos, como o projeto de escrita de quatro livros, a publicação de artigos em revistas acadêmicas e palestras em eventos universitários e dos movimentos LGBT. A divulgação dos resultados dessas pesquisas tem estimulado novos pesquisadores a se dedicarem ao tema em seus trabalhos de conclusão de curso.

Os livros estão planejados da seguinte forma: um sobre a vida da travesti Cintura Fina na capital mineira, já realizado (MORANDO, 2020); dois sobre as formas de construção da sociabilidade LGBTI+ em Belo Horizonte, nos quais a cartografia levantada se destacaria (um sobre o período 1950-1969 e outro para 1970-1989); o quarto abordará as representações da transgeneridade na cidade (o material coletado revelou rica presença e dinâmica de vivência de pessoas que “mudaram de sexo” desde 1917).

Ao mesmo tempo, será esse material recolhido dos periódicos, autos judiciais e relato que alimentará os roteiros de sociabilidade na Estação Belo Horizonte no site do Museu, determinando a existência de circuitos, deslocamentos, campos geográficos concomitantes. Por exemplo, um roteiro das operações policiais desencadeadas na década de 1960 para

“higienizar” a área central de Belo Horizonte da presença de homossexuais e travestis. Tais operações, chamadas Limpeza ou Saneamento, seguiam um trajeto bastante conhecido, iniciando-se pelo Parque Municipal, passando pela Praça Sete, Praça Rio Branco (da estação ferroviária), zona boêmia, Praça Vaz de Melo, Praça Rui Barbosa (da Feira Permanente de Amostras), Praça Raul Soares, edifício Archangelo Maletta e Parque Municipal. Esse grande roteiro ainda contém minirroteiros; porém, tanto um quanto os outros revelam ações claras de repressão e tentativas de cerceamento de circulação da população LGBTI+ na cidade.

Essas experiências com a história pública têm contribuído para a valorização do protagonismo desses atores, bem como de seu patrimônio histórico, ao mesmo tempo em que promovem a sua autoestima e contribuem para a inclusão e o respeito à diversidade. Ao dar a conhecer a riqueza de seu patrimônio cultural, a proposta do Museu Bajubá sensibiliza para a necessidade de se ampliarem as pesquisas quanto para que os próprios integrantes da comunidade LGBTI+ se apropriem desse patrimônio e trabalhem para a sua preservação.

---

## REFERÊNCIAS

BOITA, Tony. **Museologia LGBT**: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

MORANDO, Luiz. **Enverga, mas não quebra**: Cintura Fina em Belo Horizonte. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2020.

MORANDO, Luiz. **Paraíso das Maravilhas**: uma história do Crime do Parque. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço; MORANDO, Luiz. Museu do Território Bajubá: uma proposta de cidadania cultural para pessoas LGBTI+. In: SOARES, Bruno Brulon (Ed.). **Descolonizando a museologia**: museus, ação comunitária e descolonização. Paris: ICOM/ICOFOM, 2020. p. 312-322. Disponível em: <<https://sabermuseu.museus.gov.br/e-book-decolonizando-a-museologia-museus-acao-comunitaria-e-decolonizacao-icofom/>>. Acesso em: 11 de set. de 2021.